



## **Narrativas Fragmentadas ou Os Efeitos da Aceleração do Tempo no Noticiário Impresso<sup>1</sup>**

Gabriela NÓRA<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

Pensar que a narrativa jornalística serve de âncora em meio à fragmentação do mundo consiste mesmo em uma ilusão. A narrativa, também ela fragmentada, não dá conta do ordenamento do mundo e, por isso, não deve ser encarada como único lugar de referência num mundo desordenado. Tendo por base a contribuição de autores como N. Elias e P. Ricoeur, o trabalho parte da relação entre tempo e narrativa para, refletindo sobre o jornalismo impresso, discutir a problemática da tendência à fragmentação e à efemeridade nos dias de hoje. Isto é, os modos de apropriação do real e de marcação dos fluxos temporais que afetam e definem de maneira intensa as relações, conteúdos e experiências sociais da contemporaneidade.

### **Palavras-chave**

jornalismo impresso; tempo; narrativa; fragmentação; novas tecnologias

---

*Não desperdiço palavras. Macaco meu  
veste roupa. O senhor pense, o senhor  
ache. O senhor ponha enredo.*

Riobaldo, personagem de *Grande Sertão: Veredas*<sup>3</sup>

### **Sobre tempo e durações**

As dificuldades em definir o tempo, assim como o espaço, se dão em virtude de todas as explicações possíveis estarem sujeitas aos constrangimentos da circularidade,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ e membro do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC-UFRJ). Orientanda do Prof. Dr. Muniz Sodré. E-mail: gabriela.nora@yahoo.com.br

<sup>3</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. p.233



isto é, pelo fato de elas requererem uma definição por meio de referências ao próprio tempo ou ao próprio espaço. É o que afirma o sociólogo Helio Jaguaribe, esclarecendo que a razão disso “se encontra no fato de que espaço e tempo são dimensões primárias irreduzíveis. Tempo é a irreversível sucessão de momentos, mas momentos são unidades de tempo”. (JAGUARIBE, H., 2003: 156)

Ainda assim, mesmo sem conseguir defini-la exatamente, muito se fala do caráter coercitivo dessa instituição social – o tempo –, que atualmente exerce ainda mais pressão sob os indivíduos, numa época em que “velocidade, comunicação e informação foram como que desmaterializando o espaço e gerando a ansiedade de estarmos vivendo em um mundo descarnado, dominado pela premência do tempo e sem tempo para nada” (DOCTORS, 2003: 7).

O sociólogo alemão Norbert Elias trata justamente desse caráter coercitivo. Em sua investigação acerca do tempo, Elias desenvolve uma teoria sociológica cujo objeto do saber não é mais o indivíduo isolado, mas a evolução da humanidade. Desta forma, ele busca compreender as condições que levaram ao desenvolvimento dos símbolos sociais que atuam como instrumentos de orientação.

Elias critica, assim, a maneira pela qual a sociedade tem se servido amplamente de um aparelho conceitual que demarca os planos de integração física, social e individual. Pois o tempo, afirma, entendido como representação simbólica de uma vasta rede de relações, deve ser apreendido como “uma síntese de nível altíssimo, uma vez que relaciona posições que se situam, respectivamente, na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual” (ELIAS, 1998: 17). Logo, segundo ele, o estudo do tempo deve possibilitar a correção dessa imagem de um universo dividido em setores hermeticamente fechados, reconhecendo a imbricação mútua e a interdependência dessas três instâncias: indivíduo, natureza e sociedade.

O sociólogo alemão acrescenta ainda que o desenvolvimento desigual das ciências naturais e das ciências humanas traz consequências profundas, expressas nas múltiplas dicotomias conceituais em cujas bases se encontra a ideia de que natureza e sociedade constituem “universos separados, independentes e, em certo sentido, antagônicos e incompatíveis” (ELIAS, 1998: 70). Elias cita alguns dos pares teóricos centrados em oposições conceituais, tais como “natureza e sociedade”, “natureza e cultura”, “sujeito e objeto”, “espírito e matéria”, a fim de demonstrar como eles e, especialmente, o par “tempo físico e tempo vivido”, refletem as desigualdades no desenvolvimento do saber e, sobretudo, os prejuízos causados pela “fragmentação da



pesquisa em especialidades acadêmicas aparentemente desvinculadas umas das outras” (ELIAS, 1998: 70), como independentes parecem desejar ser os especialistas que se dedicam a cada uma delas. Entretanto e, felizmente,

[...] os problemas do tempo não se deixam enquadrar nos escaninhos correspondentes à divisão das disciplinas científicas que hoje prevalece, nem na compartimentação de nosso aparelho conceitual que é uma decorrência disso. O exame deles, portanto, pode contribuir para restabelecer uma certa consciência da interdependência entre “natureza” e “sociedade” e, em termos mais latos, da unidade na diversidade que é o universo. (ELIAS, 1998: 72)

Os argumentos trazidos pelo autor com relação às dificuldades em se determinar “o que é o tempo” no âmbito de uma sociedade que reconhece a importância crescente dessa questão, sem, contudo, operar a partir de uma efetiva integração entre as “ciências físicas” ou “ciências naturais” e as “ciências humanas” ou “ciências sociais”, são bastante caros a esse estudo, precisamente porque a proposta que aqui se desenvolve tem por objetivo chamar a atenção para os malefícios de um jornalismo que, acompanhando com entusiasmo as mais recentes inovações tecnológicas, celebra o advento de uma nova temporalidade (efêmera, fugaz, instantânea) aderindo cada vez mais à prática da segmentação do noticiário. Essa que, como visto em trabalhos anteriores<sup>4</sup>, tem como base a segmentação do pensar, do fazer e do conceber a prática jornalística, com sérios prejuízos aos encadeamentos de causa e efeito e à contextualização dos fatos sociais.

Portanto, pode-se dizer, ainda com Elias, que um dos principais fatores da persistência do aparente mistério do tempo é a persistência de um pensamento que opera com base no dualismo conceitual. A dificuldade reside, pois, no fato de que o tempo não se enquadra no esquema conceitual desse dualismo:

Tal como outros dados, ele se furta a qualquer classificação como “natural” ou “social”, “subjetivo” ou “objetivo”, pois é uma coisa e outra. [...]. O enigma continuará insolúvel, enquanto a cisão entre “natureza” e “sociedade”, e portanto, também entre “tempo físico” e “tempo social”, que é característica do atual estágio da evolução social, for compreendida como uma eterna cisão existencial, e enquanto, em consequência disso, o problema da relação entre os dois tipos de tempo permanecer inexplorado. (ELIAS, 1998: 94)

---

<sup>4</sup> Ver NÓRA, Gabriela. “Cultura fragmentária: práticas de subjetivação e de segmentação no noticiário impresso”. In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, 2011; NÓRA, Gabriela. “Sobre a consolidação do modelo de editorias nos jornais impressos”. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói, Rio de Janeiro, 2008; NÓRA, Gabriela. “Segmentação no jornalismo impresso: representação e fragmentação do real. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP, 2007.



Contudo, uma coisa é certa: só se pode falar de tempo em um universo que comporta mudanças, isto é, onde tudo o que existe se encontra em meio a um fluxo incessante de acontecimentos. Logo, se o universo permanecesse imóvel, não seria possível falar de tempo, uma vez que as perguntas referentes ao “quando” traduzem justamente os esforços para situar acontecimentos específicos no interior desse fluxo, em que os homens fixam limites que materializam começos e fins, determinam posições, medem durações de intervalos, velocidades de mudanças, e realizam muitas outras operações similares. (ELIAS, 1998: 59)

A propósito, como adverte o sociólogo francês Maurice Halbwachs: “o tempo, concebido como algo que se estende ao conjunto dos seres, não passa de uma criação artificial, obtida por soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimo às durações individuais e somente a estas” (HALBWACHS, 2006: 119)

*Duração.* Talvez seja essa uma das palavras mais caras ao filósofo Henri Bergson, cuja argumentação sobre o tempo e a duração, ou mais precisamente, sobre o tempo da experiência e a coexistência na duração é, sem dúvida, bastante contundente. Refletindo sobre a metafísica do tempo, James Bastos Arêas explica que, para Bergson, o problema que se coloca é extremamente simples:

Como “perdemos” o tempo? Quando submetemos aquilo que muda e que se transforma continuamente em pontos espaciais ou instantes temporais; quando começamos a abstrair a experiência contínua da vida, a referi-la e rebatê-la sobre pontos no espaço e instantes no tempo; quando enclausuramos a experiência no bloco espaço-temporal; quando a utilidade das ações passa a condicionar toda a nossa apreensão do tempo. (ARÊAS, 2003: 139)

Assim, Bergson chama a atenção para o fato de que o misto espaço-temporal constitui apenas uma parte da experiência, já que a experiência integral pressupõe a duração, a coexistência na duração. Essa que, para ele, traduz-se no que há de mais íntimo nos seres e nas coisas, que não são senão duração. Logo, de acordo com o filósofo, é necessário conceber a coexistência das diferentes durações no mundo, o qual não se resume em outra coisa senão na coexistência de diferentes durações. (ARÊAS, 2003: 140)

Desta forma, considerando que a única experiência possível é a da duração, o instante seria, ainda segundo Bergson, produto de uma experiência interesseira, “limitada à ação”. Isto porque, “para o filósofo, a exterioridade do instante está marcada



por esse processo em que ‘se destacam da duração os momentos que nos interessam e que colhêramos ao longo do percurso’”. Ou seja, “o instante vende a ilusão de podermos pensar o ‘instável por meio do estável, o movente por meio do imóvel’”. (LISSOVSKY, 2003: 145)

Numa perspectiva diferente, Marcio Tavares d’Amaral defende que o acaso, no lugar de ser evitado, deve antes ser *positivado*, uma vez que é a sua irrupção que dá ritmo ao mundo. Não sendo um simples acidente, “o acaso é a máxima instauração do ser que dá ritmo ao real, um ritmo que, só por causa da irrupção do acaso, somos capazes de perceber”. E, segundo o autor, é justamente “a esse ritmo [que] chamamos de tempo” (D’AMARAL, 2003: 32). Ou seja,

quando um acaso irrompe, uma diferença se apresenta, e é assim que percebemos o tempo. E percebemos por causa da incessante produção de acasos que é o exercício da liberdade de Deus. Percebemos algo como tempo porque há um ritmo, uma ruptura de continuidades. Quando um acaso irrompe de surpresa, o que poderia não ser se afirma. Nessa máxima potência, o tempo é a nossa percepção de que o que é *originariamente*, quer dizer, provém de uma origem que nunca cessa, como uma fonte que provém da *incessância* da origem, mas que não se dá linearmente como uma reta sem interrupção, mas segundo ritmos, diferenças, ao acaso, afirmando a máxima potência do poder não ser. (D’AMARAL, 2003: 31)

Não obstante as diferentes concepções do conceito, afora às dificuldades mesmas de atribuir-lhe significado, é possível concordar sem ressalvas com o físico Luiz Alberto Oliveira: “A principal característica do tempo para nós é que ele passa. Detestamos a ‘pura perda de tempo’; ‘o tempo está passando’, anuncia o locutor; ‘o tempo não pára’, canta o poeta” (OLIVEIRA, 2003: 49).

Em outras palavras: o tempo não tem natureza própria. Ele existe no ser e na relação do ser consigo mesmo e com o mundo. É, pois, o tempo, uma experiência múltipla, que não pode ser espacializada como uniforme, mas entendida como transformação e mudança. Portanto, ele não existe em si mesmo, mas no mundo em movimento, e na maneira como os sujeitos o experimentam.

Afinal, como esclarece Halbwachs:

tirando-se a sociedade dos matemáticos ou dos eruditos preocupados em estudar os movimentos dos corpos inertes, todos os grupos humanos se interessam por acontecimentos que mudam de natureza e de alcance, conforme o momento em que ocorrem. Um tempo indefinido, indiferente a tudo o que nele situemos, em nada poderia ajudar a memória deles. (HALBWACHS, 2006: 126)



Por esta razão, chamando a atenção para os ensinamentos de um dos pais da sociologia moderna, Émile Durkheim, o autor esclarece: “a vida em sociedade implica em que todos os homens entram em acordo sobre tempo e durações, e conhecem muito bem as convenções de que são objeto” (HALBWACHS, 2006: 113).

Nesse ponto, deve-se reconhecer o papel fundamental da imprensa, juntamente com a disseminação da escrita, no sentido de assegurar a aceitação e fixação de uma ordem temporal social. Afinal, conforme explica o geógrafo David Lowenthal: “Somente a preservação e a disseminação do conhecimento histórico por meio da escrita, e especialmente por meio da imprensa, separa nitidamente o passado do presente”. (LOWENTHAL, 1998: 138)

Por isso mesmo, cabe perguntar: em tempos de mídia digital e aceleração tecnológica, como tem se comportado a narrativa impressa no que tange à marcação dos fluxos temporais? É possível, aos jornais diários, também chamados periódicos, seguirem ‘periodicizando’ o cotidiano, num momento em que as redes digitais de comunicação mantêm em fluxo ininterrupto a circulação dos mais diversos dados e informações?

### **Narrativas fragmentadas**

A atual dinâmica da sociedade, movida pelo desejo de consumo desenfreado e pela aceleração dos processos de troca de mercadorias e informações, impõe uma rápida e completa apropriação do tempo. Nesse sentido, segundo observa Olgária Matos, “tanto a mídia informativa quanto a de entretenimento visam um público consumidor, dando a consumir também os seus valores: ideologia da facilidade, rapidez na captação da mensagem, confisco do tempo da reflexão” (MATOS, 2006: 15).

Um contexto caracterizado por uma “cultura fragmentária”, a qual, de acordo com Vera Lúcia Follain, reproduz “a forma superficial de aquisição de conhecimento que a aceleração do tempo e a onipresença dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas acabam por favorecer” (FOLLAIN, 2005: 91). Destarte, a autora fala de uma “desfabulação da narrativa” e de uma “narrativa em abismo” – bastante frequentes neste cenário de proliferação de relatos sem qualquer compromisso com referenciais fixos, e, no qual



abre-se, entre nós, cada vez mais espaço para uma narrativa curta, que se caracteriza pela condensação do tempo, pelo corte seco e abrupto das cenas, [...] sintoma da desconfiança nos fios condutores que imprimem um sentido aos fatos, na temporalidade que os encadeia pelo princípio de causalidade, nos discursos interpretativos que os ordenam teleologicamente. (FOLLAIN, 2005: 84).

Nesse ínterim, vale citar o conhecido texto de Walter Benjamin sobre a morte do narrador, no qual é atribuído à difusão da informação, com o surgimento da imprensa, um papel decisivo no declínio da arte de narrar:

a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva as suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. [...], de suscitar espanto e reflexão. (BENJAMIN, 1987: 204)

Benjamin fala, assim, da narrativa como uma forma artesanal de comunicação, diferente da informação que, segundo ele, estaria interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada. Citando Paul Valéry, quando este denuncia que “o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”, o pensador alemão complementa de modo a não deixar dúvidas quanto a sua argumentação: “com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa” (BENJAMIN, 1987: 206). E conclui:

a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1987: 197)

Para que se possa dar outro sentido à problemática levantada por Benjamin, é necessário, tal qual sugere Fernando Resende, que se compreenda o ato de narrar não como o que provém apenas da oralidade, uma vez que ele é, por excelência, produto da necessidade básica do homem de contar e recontar histórias. Isto é, conforme Norval Baitello Jr.,

narrativizar significou e significa para o homem atribuir nexos e sentidos, transformando os fatos captados por sua percepção em símbolos mais ou menos complexos, (...), em encadeamentos, correntes, associações de alguns ou de muitos elos sígnicos. (apud RESENDE, 2009: 34)



O ato de narrar é, portanto, ainda segundo Resende, proveniente da necessidade de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo. E, por isso, sobretudo hoje, ele pode nascer nos diferentes lugares em que a vida acontece. Ou seja, ao contrário do que afirmava Benjamin, para Resende, o romance, as reportagens e notícias são também tipos de narrativas, já que, de algum modo, “recontam e criam sentido – e, portanto narram – as experiências do homem no mundo”. (RESENDE, 2009: 34)

Pensando a relação entre tempo e narrativa, o teórico francês Paul Ricoeur apresenta a idéia de que o texto, isto é, o mundo configurado (*mimese II*) remete a um mundo prefigurado (*mimese I*) e dá origem a um mundo refigurado (*mimese III*). E é nesse mundo configurado, mais especificamente na tessitura da intriga – dispositivo de articulação das *mimeses* – que, segundo ele, narrativa e tempo se encontram: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e [...] a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994: 85, grifos do autor)

A narrativa não está, contudo, apenas na *mimese II*, mas em todo o conjunto, no antes e no depois, pois, ainda que se possa supor ‘autor em *I*’, ‘texto em *II*’ e ‘leitor em *III*’, as três *mimeses* devem ser pensadas juntas – “o desafio é pois o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra” (RICOEUR, 1994: 86) –, uma vez que não há diluição do autor, imanência do texto, nem autonomia do leitor. Em outras palavras: a narrativa deve ser pensada enquanto “acontecência”, isto é, aquilo que está em acontecimento, a relação entre os três modos miméticos que constituem a mediação entre tempo e narrativa em Ricoeur. Até porque, olhar para a comunicação é olhar para o mundo em acontecimento, para um objeto que não é estanque.

E, embora se reconheça que os acontecimentos, não necessariamente narrativizados, mas que se produzem a partir de uma estrutura de intriga, “caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso” (QUÉRÉ, 2005: 71), é preciso atentar para o fato de que, justamente porque é em “acontecência”, a narrativa não é um discurso ordenador. Ela pressupõe tanto ordem quanto desordem.

Percebe-se, no entanto, certa nostalgia de ordem, ou, o que é pior, pavor do caos, levando, como aponta Ricoeur, alguns pensadores e críticos a opor de modo não-dialético o caráter de consonância da narrativa à dissonância da experiência da





temporalidade. Entretanto, segundo o teórico francês, “a tessitura da intriga nunca é o simples triunfo da ‘ordem’” e, ainda que se reconheça o “poder de esquematização próprio da imaginação produtora”, ele “não abole a dialética fundamental da concordância discordante”, qual seja: a experiência temporal não se reduz à simples discordância e a narrativa tampouco é pura consonância. (RICOEUR, 1994: 113)

É o que também afirma Follain (2009), ressaltando que a idéia de que a narrativa serve de âncora em meio à fragmentação do mundo consiste igualmente em uma ilusão, uma vez que a narrativa, também ela fragmentada, não dá conta do ordenamento do mundo e, por isso, não deve ser encarada como único lugar de referência num mundo desordenado. Neste ínterim, vale sempre lembrar e reconhecer que a tessitura fragmentada, qualquer que seja ela, não implica, contudo, que o leitor não possa fazer as suas próprias “costuras”, dando diferentes sentidos ao mundo que vê, lê, ouve e com o qual interage das mais diversas formas.

Afinal, conforme esclarece Ricoeur, a noção de sentido idêntico supõe condições de univocidade que apenas se realizariam no discurso lógico-matemático. E, tendo em vista que “uma expressão unívoca é insensível a toda variação contextual, porque seu sentido é estabelecido por definição ou por posição [e] uma expressão polissêmica, ao contrário, não somente é sensível ao contexto, mas se determina contextualmente”, afirma-se, juntamente com o pensador francês, que, na linguagem ordinária, reina, portanto, a polissemia – ainda que se reconheça que o ideal do discurso é reduzi-la “e dizer uma coisa e uma apenas”. (RICOEUR, 2005: 37)

Isto porque, ainda segundo Ricoeur, o que, num texto, é eminentemente comunicável, não é a intenção do autor, o que ele quis dizer, mas *do que* fala o texto, o seu assunto, isto é, as referências não-ostensivas que não são senão “proposições de mundo abertas pelo texto, [...], os modos possíveis de estar no mundo que o texto abre e revela” (RICOEUR, 2005: 42). Logo, “o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte”, de modo que, nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem segundo suas capacidades de acolhimento, também elas limitadas e abertas a determinado horizonte de mundo (RICOEUR, 1994: 119).

Desta forma e, reconhecendo, com Vera França, que os sujeitos da comunicação são, sobretudo, sujeitos em experiência, ratifica-se a ideia de que, embora convocados pela publicização de um texto, dada enquanto estrutura de enquadramento, “os sujeitos respondem neste enquadramento trazendo outras referências: ‘agenciados’, inseridos



nos nós de uma rede, eles atualizam naquela experiência, experiências anteriores” (FRANÇA, 2006: 84). Além disso, vale lembrar, conforme pondera Beatriz Jaguaribe, que “nenhum sistema é totalizante. Nem os *mass media* são homoganeamente iguais, nem os públicos receptores são idênticos, nem as instituições são impermeáveis ao escrutínio, nem os imaginários sociais sucumbem inteiramente à cultura do espetáculo” (JAGUARIBE, B., 2007: 39).

Portanto, compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento implica dar ênfase à concepção de “jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (RESENDE, 2009: 36). Um espaço no qual “consonâncias e dissonâncias [são] estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem [com os meios] seu mundo partilhado” (FRANÇA apud RESENDE, 2009: 36).

É preciso, pois, pensar a narrativa no mundo, em oposição a uma “leitura imanente do texto”, isto é, considerando também o contexto sócio-histórico, para além da mensagem, do meio, do autor e do receptor. Porque a narrativa não é um algo solto no mundo, um sujeito absoluto, mas se encontra sob a influência de diversas forças, dinâmicas culturais, históricas. Ou seja, ainda que levem a diferentes leituras, as narrativas não estão soltas, não se dão fora do mundo, visto que, de alguma forma, fazem parte de um contexto: “o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (RESENDE, 2009: 33). Portanto, questões culturais, sociais, políticas e econômicas e diferenças históricas, assim como particularidades do gesto enunciativo, devem ser consideradas ao se pensar a narrativa.

Ademais, é imperioso ter em mente que a narrativa (sobretudo a midiática), como lugar de produção de sentido, inventa e constrói o mundo, de modo que, se não há narrativa fora do mundo, qualquer que seja ela, será sempre tomada por relações de poder. Por esta razão, “devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológico ali inscritos” (HALL, 2003: 164), tendo sempre em mente que não existe prática social fora das categorias culturais ou ideológicas, pois, tal qual adverte Stuart Hall,

é dentro dos sistemas de representação da cultura e através deles que nós “experimentamos o mundo”: a experiência é o produto de nossos códigos de



inteligibilidade, de nossos esquemas de interpretação. Consequentemente, não há experiência *fora* das categorias de representação ou da ideologia. (HALL, 2003: 171).

Deste modo, defende-se um olhar para a configuração da narrativa que dê conta de desvelar essas lógicas. Um olhar como possibilidade de enxergar contradições, para não seguir reiterando a ordem discursiva. Um olhar que atente para a narrativa, mas para além dela mesma, ou seja, para o mundo prefigurado, para o contexto histórico, social, político, cultural; não somente para o que diz a narrativa, ou quem diz, mas para *como* diz. E esse *como* engloba o círculo mimético de Ricoeur, isto é, esse *como* não é isolado. Trata-se, pois, de olhar para o configurado no intuito de falar do prefigurado, ou seja, de trazer à tona questões que estão para além do texto, abarcando os três momentos da *mimese*.

Por isso, tem-se buscado olhar para o jornal para entender o jornalismo enquanto instância produtora de sentido, de modo que o jornal torna-se um pretexto para discutir a questão da tendência à fragmentação e à efemeridade nos dias de hoje. Logo, adotando uma postura crítica frente à narrativa realista – aquela que diz dar conta de tudo, tudo explicar e abarcar – e, tendo em vista que o olhar para a narrativa não acolhe a idéia da “ordem” como valor absoluto, tem-se procurado, não encontrar verdades, razões de ser, mas sim indagar, problematizar, questionar e apontar caminhos outros, que não a tão praticada segmentação. Olhar, então, para a narrativa a fim de pensar o mundo prefigurado, de modo que as perguntas sejam menos em relação ao seu conteúdo do que ao modo como a narrativa aparece, isto é, como ela é construída, e que tipo de mundo revela, segundo a lógica de segmentação dos jornais em editorias, cadernos e suplementos de assuntos afins.

### **Considerações finais**

O texto da epígrafe faz menção ao “senhor”, interlocutor de Riobaldo, leitor da obra de Guimarães Rosa, a quem se pede para pensar, achar e finalmente “pôr enredo” à narrativa que se tece; aquele, portanto, sob os olhos de quem o romance se constitui. Um leitor chamado a participar da criação do texto, a situar a intriga. Da mesma forma, pode-se dizer que o leitor de jornal é diariamente convidado a compor o “enredo” do noticiário. Um noticiário cada vez mais enxuto, seguindo à risca a máxima roseana de “não desperdiçar palavras”.

Contudo, se no mundo fictício repleto de ambiguidades e reversibilidades criado pelo autor de *Grande Sertão: Veredas*, o personagem-narrador adverte o leitor para a necessidade de que este seja esperto (“macaco meu veste roupa”), uma vez que os sentidos não estão dados, e é, pois, imprescindível à composição do enredo o exercício da reflexão (“pense,...ache...ponha enredo”), no mundo dito real dos jornais – marcado ainda mais profundamente por ambiguidades e reversibilidades que fogem ao controle de um único autor, que escapam aos limites de uma única obra e se apresentam, dia após dia, numa trama sem fim, em toda a sua contingência – tal advertência não só é deixada de lado, como é sumariamente eliminada.

Aqui, o discurso é outro. Também não se desperdiçam palavras, mas, ao contrário de Riobaldo, os jornalistas – “senhores sabe-tudo, não necessariamente porque assim se sintam ou porque assim o queiram, mas por terem suas falas legitimadas [...] por estratégias textuais que regem o enunciado que eles construirão” (RESENDE, 2006: 175) –, em sua maioria, não convidam o leitor a refletir e a participar da composição do enredo – ainda que o leitor, vale lembrar, seja sempre o responsável por realizar as “costuras” que, mesmo em meio a toda fragmentação, são possíveis, desejáveis e indispensáveis à constituição mesma do que se entende por comunicação. Afinal, não há uma verdade dada que possa emanar da narrativa. No entanto, as notícias – objetivas, imparciais, curtas, fechadas sobre si mesmas, fragmentadas, porém elaboradas por profissionais cujas áureas são revestidas por uma credibilidade que lhes confere a prerrogativa de estar em todos os lugares para narrar, com total isenção, o que de mais importante aconteceu no mundo e no país – vendem a falsa idéia de que dão conta da realidade, isto é, da verdade sobre todos os fatos.

Assim, no âmbito de uma sociedade em que rápido ganhou *status* de instantâneo e na qual a informação ocupa cada vez mais um papel central na vida das pessoas, os jornais (na ânsia de acompanharem as mídias digitais) oferecem ao público notícias rápidas, prontas, empacotadas, com soluções simples e visão limitada. Deste modo, poupam-lhe tempo, evitando qualquer tipo de esforço na busca por um “pôr em enredo”. E, então, num momento em que o valor da informação passa a ser percebido apenas pela rapidez de sua difusão, não se insta mais o leitor (ou macaco) à esperteza. Agora, parece mesmo prevalecer o velho ditado: “cada macaco no seu galho” e, de preferência, que os galhos estejam bem afastados uns dos outros.



## Referências bibliográficas

- ARÊAS, James Bastos. “Bergson: a metafísica do tempo”. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 130-141.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- D’AMARAL, Marcio Tavares. “Sobre tempo: considerações intempestivas”. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 15-32.
- DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FOLLAIN, Vera. “Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção?”. In: Revista Matrizes, ano 3, n.1, ago/dez, 2009. p.131-143.
- \_\_\_\_\_. “Dez anos desinventando a nação: capitais voláteis e narrativas sem lastro”. In: MARGATO & GOMES (orgs.). *Literatura / Política / Cultura: (1994-2004)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.83-94.
- FRANÇA, Vera. “Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação”. In: FRANÇA & GUIMARÃES (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.61-88.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. “Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p.151-186.
- JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- JAGUARIBE, Helio. “Tempo e história”. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 156-165.
- LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In: Projeto História: trabalhos da memória. Revista do Programa de Pós-graduados em História da PUC/SP. São Paulo: EDUSC, n.17, nov/98, p. 63-201.
- LISSOVSKY, Mauricio. “O tempo e a originalidade da fotografia moderna”. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 142-155.
- MATOS, Olgária. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.
- OLIVEIRA, Luiz Alberto. “Imagens do tempo”. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 33-68.



QUÉRÉ, Louis. “Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento”. In: *Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação*, n.6, 2005. p. 59-75.

RESENDE, Fernando. “O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro”. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. “O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista”. In: LEMOS, A; BERGER, C; BARBOSA, M. (orgs.). *Narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

RICOEUR, Paul. “Discours et communication”. In: *Cahier de L’Herne Ricoeur*, n.81. Paris: Éditions de L’Herne, 2005.

\_\_\_\_\_. “Tempo e narrativa: a tríplice *mimese*”. In: *Tempo e narrativa*. v.1. Campinas: Papyrus, 1994. p.85-131